



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 182/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- **Processo TCE nº 10104/2013.**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Fundo Municipal de Previdência de Manacapuru.

4- **Exercício:** 2012.

5- **Responsáveis:** Sr. Robson Rogério Teles Bezerra, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2012 a 22/04/2012 e Sra. Diozeth do Livramento Siqueira, Diretora Presidente e Ordenadora de Despesas no período de 23/04/2012 a 31/12/2012.

6- **Unidade Técnica:** DICERP – Relatório Conclusivo nº 11/2013 (fls. 108/121).

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 123/2014-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 122/127).

8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Previdência de Manacapuru. Exercício de 2012.

*Contas do Sr. Robson Rogério Teles Bezerra regulares. Contas da Sra. Diozeth do Livramento Siqueira irregulares. Alcance. Quitação ao Sr. Robson Rogério Teles Bezerra. Multas a Sra. Diozeth do Livramento Siqueira. Prazo para recolhimento. Autorizada cobrança executiva.*

9- **ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal,

**9.1- à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, no sentido de:

9.1.1- **JULGAR REGULAR** a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social de Manacapuru - FUNPREVIM, exercício de 2012, referente ao período de 01/01/2012 a 22/04/2012, de responsabilidade do **SR. ROBSON ROGÉRIO TELES BEZERRA** (Diretor Presidente e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2012 a 22/04/2012), nos termos dos arts. 22, II e 23, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 188, II, § 1º, I, da Resolução 04/02-TCE/AM e **JULGAR IRREGULAR** a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social de Manacapuru - FUNPREVIM, referente ao período de 23/04/2012 a 31/12/2012 do exercício financeiro de 2012, de responsabilidade da **SRA. DIOZETH DO LIVRAMENTO SIGUEIRA** (Diretora Presidente e Ordenadora Despesas no período de 23/04/2012 a 31/12/2012), nos termos do art. 188, §1º, inciso III, “b” da Resolução nº. 04/2002 c/c arts. 22, III, “b” e 25 da Lei nº. 2.423/96;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 182/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.1.2- **DETERMINAR a GLOSA do valor de R\$ 390.297,63** (trezentos e noventa mil duzentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), que deverá ser atualizado até o dia do efetivo recolhimento, **CONSIDERANDO EM ALCANCE o SRA. DIOZETH DO LIVRAMENTO SIGUEIRA**, diretora e ordenadora de despesas do Fundo de Previdência Social de Manacapuru durante o período de 23/04/2012 a 31/12/2012, a ser recolhida aos cofres do Tesouro Municipal (art. 306, parágrafo único, inciso III da Resolução nº. 04/2002), com fundamento no art. 54, III, da lei 2.423/1996 e art. 304 c/c art. 308, inc. V da Resolução nº. 04/2002 – TCE/AM, com fundamento no não atendimento das fases da execução de despesa em virtude do registro no valor de demonstrado na conta Despesas a Classificar, anexo 2, Resumo Geral das Despesas, em descumprimento ao art. 63 da Lei 4.320/64.

9.1.3- **FIXAR O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS** para o recolhimento aos cofres estaduais (multas aplicadas no item II) e municipais (glosa determinada no item III) dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas e da glosa deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.1.4- **AUTORIZAR** desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02.

9.1.5 - **Dar quitação ao Responsável, SR. ROBSON ROGÉRIO TELES BEZERRA** (Diretor Presidente do Fundo de Previdência Social de Manacapuru - FUNPREVIM e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2012 a 22/04/2012) conforme preceitua o art. 23, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002-TCE/AM.

**9.2- Por maioria**, nos termos da proposta de voto do Auditor-Relator:

9.2.1- **APLICAR MULTA** à Responsável **Diozeth do Livramento Siqueira** (Diretora Presidente e Ordenadora Despesas no período de 23/04/2012 a 31/12/2012), a ser recolhida aos cofres estaduais, nos termos dos arts. 1º, XXVI, da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 5º, XXVI, da Resolução nº 04/02, na forma como segue:

9.2.1.1- No montante de R\$ 10.960,30 (dez mil novecentos e sessenta reais e trinta centavos), correspondente a aplicação de multa no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos) por cada mês de atraso, no encaminhamento das informações via Sistema de Auditoria de Contas Públicas – ACP-TCE/AM fora do prazo estipulado no art. 4º da Resolução nº. 10/2012, que no caso dos presentes autos ocorreu no período de março a dezembro, totalizando 10(dez) meses, com fulcro no art. 308, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM c/c art. 7º, inc. I da Resolução nº. 10/2012 – TCE/AM;

9.2.1.2- No valor de R\$ 21.902,64 (vinte e um mil novecentos e dois reais e sessenta e quatro centavos), com fulcro no art. 54, II e III, da Lei n.º 2423/96 (Lei Orgânica) e no art. 308, III e VI, da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno), em virtude das graves infrações às normas legais, que passo a elencar nesta oportunidade:

a) Ausência de fonte de recursos do prevista no inciso III, art. 24, da Lei Municipal 68/2007, no anexo 2, Receita segundo categorias econômicas, o qual prevê o repasse de 12,53% sobre o valor total da folha do Município;

AR A/Decisão feita de acordo com o Mod.5b-AC-PC.ORG/ENT/MUN da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 182/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

b) Não apresentação de justificativa ou recolhimento aos cofres públicos o valor de R\$ 390.297,63 referente ao não atendimento das fases da execução de despesa em virtude do registro no valor de demonstrado na conta Despesas a Classificar, anexo 2, Resumo Geral das Despesas, em descumprimento ao art. 63 da Lei 4.320/64, nos termos do § 2.º do art. 20 da Lei 2.423/96;

c) Ausência de processo licitatório referente a serviços de consultoria no valor total de R\$ 33.916,12, conforme anexo 2, Receita segundo categorias econômicas;

d) Desequilíbrio financeiro demonstrado no Balanço Orçamentário, onde as despesas (R\$ 2.792.586,72) superaram as receitas (R\$ 1.270.119,50) em R\$ 1.122.067,21;

e) Ausência de apropriação de receita por intermédio de créditos suplementares com o objetivo de cobrir as despesas excedentes;

f) Saldo negativo da conta Devedores Diversos R\$ 72.011,38 do grupo ativo financeiro, demonstrado no balanço patrimonial, anexo 14;

g) Saldo negativo da conta depósito de diversas origens no valor de R\$ 8.291,28, do grupo Passivo Financeiro, demonstrado no balanço patrimonial, anexo 14;

h) Emissão de DHP do profissional contábil Marimey Gomes de Vasconcelos fora da validade, na data 29/8/2012, quando a data de encerramento do balanço se deu em 31/12/2012;

i) Ausência de controle patrimonial de bens móveis, assim como de almoxarifado durante o exercício 2012, contrariando os arts. 94 e 95 da lei 4.320/64;

j) Crédito suplementar no valor de R\$ 1.554.891,63, representando 72% do total orçado, considerando não haver excedente de arrecadação de receita, mas sim arrecadação a menor, representando apenas 59,9% do previsto;

k) Diferença entre o valor demonstrado no Balanço Patrimonial, anexo 14, na conta Banco Conta Movimento no valor de R\$ 29.809,88 e o valor de R\$ 56.437,66 conforme extrato bancário de titularidade do fundo;

l) Não apresentação justificativa ou recolhimento aos cofres públicos o valor de R\$ 256.025,28, referente à conta Devedores Diversos no grupo despesa extra-orçamentária, conforme Balanço Financeiro, anexo 13, nos termos do § 2.º do art. 20 da Lei 2.423/96;

m) Não foi demonstrado detalhadamente o valor de R\$ 367.954,84 no grupo receita extra-orçamentário, conforme Balanço Financeiro, anexo 13;

n) Não apresentação de justificativa ou recolhimento aos cofres públicos o valor de R\$ 47.262,00, referente à conta Depósito de Diversas Origens no grupo despesa extra-orçamentária, conforme Balanço Financeiro, anexo 13, nos termos do § 2.º do art. 20 da Lei 2.423/96;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 182/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

o) Não apresentação de justificativa ou recolhimento aos cofres públicos o valor de R\$ 220.753,87 referente a diferença entre o saldo para o exercício seguinte informado no Balanço Financeiro e a tabela levantada abaixo:

| ESPECIFICAÇÕES                 | VALORES (R\$) |
|--------------------------------|---------------|
| SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR       | 1.454.021,89  |
| SUPLEMENTAÇÕES                 | 1.554.891,63  |
| CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES       | 663.594,63    |
| SUPLEMENTAÇÕES - CANCELAMENTOS | 891.297,00    |
| SALDO FINANCEIRO LEVANTADO     | 562.724,89    |
| SALDO FINANCEIRO INFORMADO     | 29.809,98     |
| DIFERENÇA                      | 532.914,91    |
| DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA     | 312.161,04    |
| VALOR A JUSTIFICAR             | 220.753,87    |

p) Não apresentação de justificativa ou recolhimento aos cofres públicos o valor de R\$ 125.758,48, resultante do confronto das contas aposentadorias e pensões R\$ 2.175.501,58, demonstrado no anexo 2, Resumo Geral da Despesa, e o valor constatado in loco no montante de R\$ 2.049.743,10.

**9.2.2- FIXAR O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS** para o recolhimento aos cofres estaduais (multas aplicadas no item II) e municipais (glosa determinada no item III) dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas e da glosa deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

**9.1.3- AUTORIZAR** desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02.

*Vencido o Conselheiro Raimundo José Michiles que votou aplicando multas de valores inferiores, calculados à época dos fatos.*

**10- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 02 de abril de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles e Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº 182/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12.1- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral